

PROJETOS RECENTES

Avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios **p.2**

Avaliação do Programa de Sapadores Florestais **p.2**

EM CURSO E FINALIZADOS

Avaliações ex-ante **p.3**

Avaliação contínua do PRORURAL **p.3**

Perfis Profissionais para a Competitividade
e Produtividade da Economia Regional da RAM **p.4**

Referencial de Coesão Social **p.5**

Participações internacionais **p.5**

NOTÍCIAS BREVES **p.6**

Nota de abertura

Uma das medidas da utilidade efetiva dos exercícios de avaliação de programas e políticas públicas remete para a utilização que os decisores (Gestores de Programas, Responsáveis de agências públicas, instâncias comunitárias ligadas aos instrumentos de financiamento, etc.) fazem das Conclusões e Recomendações formuladas pelos avaliadores externos.

Se efetuarmos um breve sobrevoo aos Estudos de Avaliação realizados ao longo do atual ciclo de programação dos Fundos Estruturais (QREN e PO's do QREN) constata-se, por um lado, uma trajetória de padronização crescente dos formatos, nomeadamente em resposta a orientações metodológicas de Guias preparados a montante pela Comissão Europeia, associados à regulamentação dos Fundos Estruturais, e por outro, uma preocupação de identificar condições de operacionalização das recomendações e co-responsabilizar entidades pela concretização das mesmas.

No entanto, a experiência demonstra que existe um desajustamento acentuado entre os resultados dos processos de avaliação e a (re)organização dos instrumentos de programação, o que estabelece o desafio permanente de interação entre as partes interessadas nos exercícios avaliativos, de modo a obter um ajustamento de expectativas que salvguarde a independência do Avaliador e contribua para ampliar o campo de utilidade das avaliações de programas e políticas públicas.

Escrito isto, cumpre destacar um trabalho relativamente recente realizado pelo IESE, a "Avaliação de Implementação da Estratégia Nacional para as Florestas", em que o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, tendo tomado a iniciativa de avaliar a Estratégia seis anos após a respetiva aprovação: (i) aceitou os resultados (críticos e problematizadores) apresentados pelo Avaliador externo; (ii) estimulou a apresentação e a discussão dos resultados aos pares (Academia e Colégio Florestal da Ordem dos Engenheiros) e na Assembleia da República, com envolvimento permanente do Avaliador e (iii) fundamentou a revisão da Estratégia Nacional para as Florestas, com recurso aos materiais técnicos e às propostas/orientações constantes do Relatório Final de Avaliação.

Ao longo dos últimos anos o IESE tem assegurado um conjunto de trabalhos de avaliação de importantes intervenções das políticas públicas no domínio do desenvolvimento florestal, com destaque para a Monitorização e Avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e para a Avaliação de Implementação da Estratégia Nacional para as Florestas. Em 2014, o ICNF lançou procedimentos de consulta a diversas Universidades e ao IESE para realizar a Avaliação Intercalar do PNDPCI e a Avaliação do Programa de Sapadores Florestais. Na sequência desses concursos, o IESE está a desenvolver ambas as avaliações.

Avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Esta Avaliação tem como objetivo geral apreciar o desempenho global do PNDPCI no período 2006-2012, o primeiro período temporal para o desenvolvimento das políticas setoriais e para a concretização dos objetivos e ações previstos no Plano. O exercício compreende a avaliação dos instrumentos de política e das medidas para a defesa da floresta contra incêndios nas suas várias dimensões: prevenção, sensibilização, vigilância, deteção, combate, supressão, investigação e desenvolvimento, coordenação de meios e formação de agentes envolvidos. Os objetivos específicos da Avaliação orientam-se para:

- (a) *monitorização e análise crítica dos resultados* alcançados no biênio 2011/2012 e no período 2006-2012, dando cumprimento ao previsto no PNDPCI, onde está contemplada uma monitorização bianual, tendo sido elaborados os relatórios referentes a 2006, 2007/2008 e 2009/2010 (também sob a responsabilidade técnica do IESE);
- (b) *avaliação do desempenho global do PNDPCI* no período 2006-2012 e identificação dos respetivos pontos críticos; e
- (c) *formulação de um quadro de conclusões e de recomendações*, orientadas para fundamentar eventuais melhorias a introduzir na execução do Plano.

Avaliação do Programa de Sapadores Florestais

A realizar até ao final de 2014, esta Avaliação visa analisar a eficácia e a eficiência do Programa de Sapadores Florestais, um instrumento que tem por objetivos, nomeadamente, a intervenção em silvicultura preventiva na floresta privada; e o apoio no combate a incêndios florestais, nas operações de rescaldo e vigilância pós-incêndio.

A Avaliação do Programa centra-se na vertente das realizações (recursos humanos e financeiros mobilizados; níveis de realização física das equipas de Sapadores Florestais, no contexto do cumprimento geral dos seus objetivos) e na identificação de aspetos relevantes para a melhoria da eficiência e eficácia da atividade dessas Equipas.

Como “output” relevante da Avaliação, pretende-se contribuir para fundamentar a introdução de ajustamentos e correções ao funcionamento das Equipas de Sapadores Florestais, visando o aumento do seu rendimento produtivo para atingir uma maior eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos do Programa.

Avaliações ex-ante

Os exercícios de Avaliação *ex-ante* do próximo período de programação 2014-2020 enfatizam a apreciação da qualidade dos Programas e das intervenções na resposta aos desafios da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas, bem como dos níveis e formas de adequação da estratégia preconizada para os resultados a alcançar.

Os principais contributos dos exercícios de Avaliação para a conceção dos novos Programas Operacionais abrangem os objetivos seguintes:

- (a) identificar elementos de aprofundamento e clarificação dos projetos do Programa, por forma a evidenciar aspetos de melhoria no processo de programação, de modo a que as intervenções assegurem um contributo visível para a estratégia definida e para os resultados a alcançar;
- (b) maximizar as condições para a concretização de resultados esperados, ventilando as necessidades de intervenção e a adequação ao perfil de potenciais beneficiários, bem como os requisitos de gestão financeira eficiente;
- (c) fornecer um leque de recomendações baseado em análises objetivas e adequadas à especificidade de cada Programa, assegurando condições de valorização da versão final do Programa a submeter à Comissão Europeia.

Neste âmbito, o IESE é responsável pela **Avaliação ex-ante e Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional da Região de Lisboa** e do **Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020**.

Em colaboração com a Quaternaire Portugal, colabora também na **Avaliação ex-ante do Programa Operacional do Capital Humano** e do **Programa Operacional da Região Centro**.

Avaliação contínua do PRORURAL

Para o período de programação 2007-2013, a Comissão Europeia (CE) definiu um ciclo de Avaliação Contínua para os programas operacionais apoiados pelo FEADER. Nesse enquadramento, o IESE foi contratado pela DRADR - Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural para assegurar os trabalhos anuais de avaliação, em curso desde 2008, com os objetivos seguintes:

- (a) análise dos progressos verificados em relação aos seus objetivos, por meio de indicadores de realização e de resultado;
- (b) análise da qualidade do Programa e a sua execução;
- (c) formulação de propostas para alterações do Programa, bem como os impactos das alterações efetuadas; e
- (d) preparação da Avaliação *ex-post*, a ocorrer em 2015/2016.

Este processo desenvolveu-se num contexto de grande interação com a Autoridade de Gestão, nomeadamente na perspetiva da implementação eficaz e eficiente das intervenções do Programa, no quadro das necessidades de intervenção no domínio da agricultura e desenvolvimento rural da Região Autónoma dos Açores (RAA). Assim, as avaliações, de caráter anual, têm por objetivo fazer o balanço das condições de aplicação e do progresso do PRORURAL. Para alcançar este objetivo, a Equipa de Avaliação adotou como estratégia dois vetores de trabalho principais:

- (a) análise das condições de execução do PRORURAL, tendo presente o contexto técnico-produtivo, económico e social da RAA;
- (b) análise do grau de cumprimento das metas e dos objetivos do Programa, por via de indicadores de realização física e financeira e de resultado, tendo por base informação empírica relevante.

Perfis Profissionais para a Competitividade e Produtividade da Economia Regional da RAM

No horizonte 2020, a Região Autónoma da Madeira está confrontada com a necessidade de acelerar a renovação dos fatores de competitividade do seu “core” de atividades económicas de especialização e emergentes, das empresas e demais organizações que dão corpo ao tecido socioinstitucional da Região.

Independentemente do acesso e mobilização de recursos de financiamento com origem nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento da Política de Coesão (em fase crucial de programação), a Região tem pela frente um sério desafio de promover a melhoria estrutural das qualificações dos recursos humanos das Empresas e Organismos da Administração Pública, Regional e Local. Essa melhoria deve centrar-se em “necessidades estratégicas” objetivas que resultem de uma avaliação prospetiva das atividades económicas e das competências que lhes podem dar resposta na ótica da competitividade e da produtividade da economia regional.

A tutela da formação regional de competências da Região, também com atribuições no domínio da gestão das intervenções do Fundo Social Europeu que financiam as modalidades de educação/formação de dupla certificação – a DRQP, Direção Regional de Qualificação Profissional – tem revelado particular preocupação no aprofundamento de conhecimento de natureza prospetiva em matéria de evolução das atividades de especialização vs. necessidades de competências e, por outro lado, em obter uma visão esclarecida sobre os problemas de reorientação da oferta de formação nas modalidades de formação inicial e de formação contínua.

Com esse objetivo, a DRQP tomou a iniciativa de atualizar em 2014, o *Estudo Prospetivo dos Perfis Profissionais para o Reforço da Competitividade e Produtividade da Economia Regional (2007/2013)*, realizado em 2007.

Entre as principais conclusões do Estudo, em resposta aos **desafios que se colocam à produção de qualificações no horizonte 2020**, destaca-se a aposta na produção de qualificações de suporte ao desenvolvimento competitivo da Região no hori-

zonte de 2020, segundo um *modelo de produção de competências a 3 níveis*:

(i) garantindo a todos, e em qualquer fase da vida, níveis de educação mais elevados e competências-chave fundamentais para o desenvolvimento profissional, para a aprendizagem contínua e para a participação cívica em sociedade;

(ii) suportando os processos de desenvolvimento económico da Região e as dinâmicas empresariais, através da formação das competências necessárias ao estímulo da inovação, à melhoria da competitividade e ao reforço da cooperação e da internacionalização; e

(iii) alinhando a produção de qualificações específicas com as prioridades definidas pela Estratégia de Especialização Inteligente da RAM.

Uma segunda dimensão das conclusões vai no sentido da **construção de fileiras formativas**, em resposta ao problema do abandono escolar precoce e do alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, desafios que colocam o sistema de educação e formação de jovens na Região perante uma enorme responsabilidade. A necessidade de aumentar as ofertas de dupla certificação no sistema educativo e a sua qualidade, obriga a oferecer modalidades de educação e formação diferenciadas e suficientemente flexíveis para responder às necessidades da procura. A coordenação sistémica das mesmas deverá contribuir para eliminar zonas de competição e concorrência entre ofertas existentes. Uma governação da educação de dupla certificação e formação profissional integrada deverá contribuir para concretizar gradualmente ganhos de eficiência, a partir de uma coordenação de oferta que crie fileiras formativas por áreas de formação, com partilha de recursos humanos, de equipamentos e outros recursos formativos.

Os resultados deste Estudo foram apresentados no Funchal, no passado dia 27 de maio numa Sessão presidida pelo Secretário Regional da Educação e Recursos Humanos, Dr. Jaime Freitas. O Relatório Final foi disponibilizado no site da Secretaria Regional.



Referencial de Coesão Social

Por encomenda do Instituto da Segurança Social, I.P. e concluído em Setembro do presente ano, o Estudo apresenta os resultados de uma análise tipológica de base concelhia, que caracteriza e mapeia o território de Portugal Continental segundo duas grandes tipologias, a *Tipologia de Exclusão Social* (resultante do cruzamento de um vasto conjunto de indicadores de vulnerabilidade à exclusão social) e *Tipologia do Território* (a partir do cruzamento de indicadores de contexto geográfico).

O exercício de tipificação permitiu identificar a presença de três principais fatores de exclusão social: (1) exclusão pelo envelhecimento, (2) exclusão pelo desemprego e (3) exclusão pela marginalização.

A partir destas grandes dimensões, construiu-se uma tipologia de base concelhia, ensaiada em torno de 10 perfis distintos de exclusão. Com maior presença do primeiro fator, estão concelhos com perfis de *Envelhecimento agudo*, *Envelhecimento* e *Envelhecimento apoiado*; com maior presença do segundo fator, inserem-se concelhos enquadrados nos perfis de *Desemprego e envelhecimento* e *Desemprego* e, por último, os concelhos mais mar-

cados pelo terceiro fator, classificados segundo os perfis de *Marginalização rural*, *Marginalização moderada*, *Marginalização e desemprego* e *Marginalização urbana*. Acresce um grupo de 38 concelhos, em que os fatores de exclusão surgem mais mitigados, nomeado de *Exclusão mitigada*.

A concretização deste trabalho vem responder à urgência da disponibilização de um referencial de diagnóstico que sirva de base ao planeamento da intervenção social de base local, nomeadamente por parte das estruturas locais da Rede Social, tal como tinha sido ventilado no **Estudo de Avaliação do Programa da Rede Social** realizado pelo IESE em 2012/2013.

Financiado ao abrigo do POAT/FSE – Programa Operacional de Assistência Técnica do FSE, será objeto de publicação e divulgação por parte do ISS, I.P.



Participações internacionais

O compromisso de rigor e qualidade que o IESE procura cumprir no desempenho da sua atividade, implica o aprofundamento contínuo das competências inerentes à função de avaliação, acompanhando as discussões que têm lugar nos fóruns de reflexão sobre a avaliação a nível mundial. Foi com esse intuito que, durante o ano de 2014, o IESE apoiou a participação dos seus colaboradores nos seguintes eventos internacionais:

- *11th EES Biennial Conference: Evaluation for an Equitable Society*, realizada no início de outubro, em Dublin. Já em 2012 participámos na *10th EES Biennial Conference: Evaluation in the Network Society* ocorrida na Finlândia, onde marcámos presença com a apresentação de um Poster e uma



Paper Session sobre os resultados da experiência de Avaliação do Programa Rede Social, intitulada *Network in Practice – holistic evaluation of a innovative social programme*.

- Workshops de Boas Práticas em metodologias de avaliação, organizados pela *European Evaluation Network for Rural Development* (<http://enrd.ec.europa.eu/>). O programa de trabalho de 2014 incidiu sobre *National rural networks: How to show their benefits* (Roma) e *The ex-ante evaluation of SWOT analysis and needs assessment* (Praga).



MONOGRAFIA "MONTE MOR" PEDRA A PEDRA



A convite do município de Montemor-o-Novo, o IESE assegurou a elaboração da Monografia **Montemor, Pedra a Pedra**, a qual constitui uma memória técnica e institucional do Programa de Ação Monte Mor Pedra a Pedra.

No âmbito do Instrumento da Política de Cidades POLIS XXI – Parcerias para a Regeneração Urbana, o Município de Montemor-o-Novo implementou um Programa de Ação para a valorização do Castelo, do Centro Histórico e da Cidade, que contemplou várias intervenções de iniciativa local, envolvendo a autarquia e outros atores-chave relevantes para a sua concretização.

A Monografia, publicada pelo Município de Montemor-o-Novo, com financiamento do Programa Operacional INALENTEJO, estrutura os seus conteúdos em torno das intervenções materiais do Programa de Ação, desenvolvido no período 2010-2013.



ESTUDO "ADULTOS DE BAIXA ESCOLARIDADE – NOVOS DESAFIOS PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA (ALV) EM PORTUGAL

Este Estudo, financiado pelo POAT/FSE, pretende equacionar os desafios particulares com que Portugal se defronta na promoção da ALV, em especial o de aumentar a participação dos adultos de baixa qualificação. Este Estudo promoveu um forte envolvimento dos principais atores-chave com intervenção na formação profissional de adultos e na promoção de ações de educação e formação de ALV, através do desenvolvimento de diversas ações de recolha de informação e/ou divulgação de resultados, com destaque para a participação na Conferência *Local Change, Social Actions and Adult Learning*, promovida pela ESREA, e no Seminário *Aprendizagem ao Longo da Vida e a Agenda Europeia para a Educação de Adultos*, organizado pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. Paralelamente, foram lançadas duas **Newsletters** com os resultados do Estudo e está prevista a **publicação** do Relatório Final do Estudo.



A QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS E JOVENS COM PERTURBAÇÕES DO ESPECTRO DO AUTISMO EM PORTUGAL – DIAGNÓSTICO, IMPACTOS SOCIAIS E ECONÓMICOS



Estudo financiado pelo POAT/FSE e realizado pela FPDA - Federação Portuguesa de Autismo, em parceria com o IESE, retratando a trajetória das crianças e jovens com Autismo e os impactos sociais e económicos que se verificam nas respetivas famílias. O Estudo apresenta um conjunto vasto de resultados nas seguintes dimensões:

- O estado da arte dos apoios públicos/privados;
- Os percursos, a inserção familiar, a trajetória escolar e os agentes de apoio e de retaguarda institucional da população infantil e jovem com PEA - Perturbações do Espectro do Autismo;
- Os custos económicos e sociais que a PEA implicam;
- As principais necessidades das famílias e das crianças/jovens com PEA em termos de apoios e respostas para a família;
- O impacto das PEA na qualidade de vida das famílias.

Os resultados do trabalho foram apresentados num seminário realizado em Abril de 2014 na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.